



COMDICA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mato Leitão

Edital nº 01/2022

PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, PARA MANDATO EM ANDAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA do Município de Mato Leitão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139 da Lei Federal nº 8.069 (ECA), Lei Municipal nº 2.593, de 07 de março de 2018 e da Resolução COMDICA nº 4, torna pública a abertura das inscrições para o processo suplementar de escolha de Conselheiros Tutelares, para conclusão do mandato que vai até 10 de janeiro de 2024.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente edital visa divulgar as normas, datas e procedimentos para o processo de escolha de 02 (dois) membros titulares e os demais membros suplentes do Conselho Tutelar de Mato Leitão.

1.2. O procedimento para a escolha dos Conselheiros Tutelares ficará a cargo do COMDICA e será realizado em 03 (três) etapas:

1.2.1. Inscrição de candidatos;

1.2.2 Eleição dos candidatos através de voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos do Município, conduzida pelo COMDICA e fiscalizada pelo Ministério Público;

1.2.3 Participação obrigatória em curso preparatório de formação e avaliação psicológica.

2. DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

2.1. Da natureza:

2.2.1. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

2.2.2. O exercício da função de Conselheiro Tutelar requer dedicação exclusiva, sendo vedado o exercício simultâneo de qualquer outro cargo, emprego ou função pública ou privada.

2.2. Das atribuições:

São atribuições do Conselheiro Tutelar:

I – atender às crianças e adolescentes sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados;

II – atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas em Lei;

III – promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a) requisitar serviços públicos no âmbito do Município, nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judicial nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.



COMDICA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mato Leitão

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária quanto a:

- a) encaminhamento de pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;
- b) orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- c) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- e) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- f) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- g) abrigo em entidade;
- h) colocação em família substituta.

VII – expedir notificações;

VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX – assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no inciso II do § 3º do artigo 220 da Constituição da República de 1988;

XI – representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.

2.3. Da carga horária:

2.3.1. O Conselheiro Tutelar exercerá suas funções durante todo o horário de expediente do Conselho Tutelar, de segundas a sextas-feiras, no horário das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13 horas às 17 horas, de acordo com escala de trabalho definida pelos seus pares.

2.3.2. Além da jornada referida no item “2.3.1”, o Conselheiro Tutelar deverá exercer suas atividades nos horários de plantão nos dias de semana, à noite, e nos sábados, domingos e feriados, durante as vinte e quatro horas do dia, conforme escala de horários de atendimento.

2.3.3. Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

2.4. Da remuneração e direitos:

2.4.1. Os Conselheiros Tutelares titulares receberão, a título de remuneração mensal, o valor de R\$ 1.424,75 (um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos).

2.4.2. São assegurados aos Conselheiros Tutelares, ainda, os seguintes direitos:



COMDICA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mato Leitão

I – gozo de férias anuais remuneradas, com acréscimo de um terço sobre a remuneração mensal;

II – afastamento por ocasião da licença-maternidade, custeada pelo regime de previdência a que estiver vinculado;

III – licença-paternidade de 5 (cinco) dias;

IV – décima terceira gratificação a ser paga no mês de dezembro de cada ano;

V – vale-alimentação, conforme definido em Lei.

2.4.3. Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora do Município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do conselho, nos moldes da Lei Municipal Nº 2.593, de 07 de março de 2018.

2.5. Do mandato:

2.5.1. Os Conselheiros Tutelares eleitos por esse processo eleitoral cumprirão mandato até 09 de janeiro de 2024, permitida recondução em caso de nova eleição, na qual concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Disposições gerais:

3.1.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão em relação as quais não poderá alegar desconhecimento.

3.1.2. A inscrição será gratuita e deverá ser realizada pessoalmente pelo candidato.

3.1.3. As informações prestadas na Ficha de Inscrição, bem como o seu preenchimento, são de exclusiva responsabilidade do candidato, ficando sob sua inteira responsabilidade as informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento da ficha.

3.2. Do período de inscrições:

Do dia 19 de setembro ao dia 28 de setembro de 2022, no horário das 07h30min às 11h e das 13h às 16h30min.

3.3. Do local das inscrições:

As inscrições serão realizadas no local e endereço a seguir:

Secretaria Municipal da Assistência Social, Habitação e Cidadania - CRAS

Rua Cônego Pedro Henrique Vier, 595, Bairro Centro, no Município de Mato Leitão.

3.4. Dos documentos para a inscrição:

3.4.1. Ficha de inscrição (modelo ANEXO) devidamente preenchida.



COMDICA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mato Leitão

3.4.2. Certidão negativa da Justiça Estadual http://www.tjrs.jus.br/site/servicos/alvara_de_folha_corrida_cert2g/, e Federal <https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa>, de condenação com sentença transitada em julgado por contravenções penais, crimes comuns e especiais;

3.4.3. Cópia autenticada do documento oficial de identificação, sendo para este fim assim considerado a cédula de identidade expedida por Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pela Polícia Federal; a identidade expedida pelo Ministério das Relações Exteriores para estrangeiros; a identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por Lei tenham validade como documento de identidade; a Carteira de Trabalho e Previdência Social; o Passaporte e a Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

3.4.4. Certidão de quitação da Justiça Eleitoral <https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>.

3.4.5. Cópia autenticada de conta de energia elétrica, água ou telefone, guia de pagamento de imposto (IPVA, IPTU, entre outros) ou contrato de locação de imóvel, em nome do candidato. Caso o candidato não possua estes documentos em seu nome, poderá comprovar a residência por meio de declaração acompanhada de cópia de um dos documentos antes citados em nome da pessoa com quem declara residir.

3.4.6. Cópia autenticada de certidão, diploma ou histórico escolar, expedido por estabelecimento de ensino público ou particular, devidamente reconhecido pela legislação vigente, comprovando a conclusão do Ensino Médio.

3.4.7. Uma foto 3x4.

3.4.8. As cópias apresentadas não serão devolvidas em hipótese alguma.

3.4.9. Não serão recebidos documentos originais, sob qualquer hipótese ou alegação.

3.4.10 A autenticação poderá ser realizada no ato de inscrição, mediante apresentação de cópia do documento e sua original, oportunidade em que o servidor confirmará a autenticidade da cópia.

3.5. Da homologação e impugnação das inscrições:

3.5.1. O deferimento da inscrição dar-se-á após a verificação do correto preenchimento da Ficha de Inscrição e apresentação da documentação exigida neste Edital, que é de exclusiva responsabilidade do candidato, não sendo admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

3.5.2. A Comissão, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do encerramento das inscrições, deverá se reunir e por meio de ata deliberar acerca da homologação das inscrições.

3.5.3. Caso o número de candidatos inscritos seja inferior a 7 (sete), o COMDICA, mediante deliberação, poderá publicar Edital suspendendo o trâmite do processo de escolha e reabrindo prazo para novas inscrições, por mais 5 (cinco) dias, sem qualquer prejuízo aos candidatos já inscritos.

3.5.4. O candidato que não tiver sua inscrição homologada deverá ser notificado por escrito dentro de 2 (dois) dias úteis da decisão da Comissão e poderá, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da notificação, apresentar recurso que será julgado pela Comissão Especial Eleitoral no prazo de 2 (dois) dias úteis.



COMDICA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mato Leitão

3.5.5. Após a ciência da decisão da Comissão, da qual será notificado o candidato no prazo de 2 (dois) dias úteis da referida deliberação, em sendo mantida a não homologação da inscrição, poderá, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da notificação, apresentar recurso ao COMDICA, que terá 2 (dois) dias úteis para julgá-lo.

3.5.6. Após o julgamento dos recursos ou transcorrendo os prazos sem a manifestação dos candidatos que tiveram a inscrição indeferida, no prazo de 2 (dois) dias úteis será publicado Edital pelo COMDICA no qual constará a lista nominal dos inscritos cuja inscrição foi homologada.

3.5.7. Publicada a lista dos inscritos será aberto prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação, para pedidos de impugnação de inscrições.

3.5.7.1. Constitui motivo de impugnação o não preenchimento de qualquer dos requisitos para a candidatura ou a incidência de alguma hipótese de impedimento para o exercício da função de Conselheiro Tutelar prevista na legislação em vigor.

3.5.7.2. As impugnações podem ser apresentadas por qualquer cidadão ou pelo representante do Ministério Público, com a devida fundamentação e comprovação das razões alegadas, através de formulário conforme modelo ANEXO.

3.5.8. Para analisar e decidir acerca das impugnações, poderá a Comissão realizar reuniões e, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências que se fizerem necessárias.

3.5.9. A Comissão tem, a partir do recebimento das impugnações, o prazo de 2 (dois) dias úteis para notificar os candidatos com candidatura impugnada para que apresentem suas defesas, o que deve ocorrer até 3 (três) dias úteis, a contar da notificação.

3.5.10. A Comissão avaliará o pedido de impugnação, bem como eventuais recursos interpostos pelos candidatos, e os julgará no prazo de 2 (dois) dias úteis após encerrado o prazo para a apresentação das defesas.

3.5.11. A Comissão notificará da sua decisão o impugnante e o candidato, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da sua deliberação.

3.5.12. Concluídos os prazos para recursos de impugnações e julgados aqueles eventualmente interpostos, serão homologadas em definitivo as inscrições e será publicado novo Edital pelo COMDICA constando a lista final dos candidatos com candidatura registrada, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do encerramento dos julgamentos.

4. DO PROCESSO ELEITORAL

4.1. Das Competências do COMDICA:

I – expedir Resoluções acerca do processo eleitoral naquilo que se fizer necessário;

II – coordenar o processo eleitoral e dar-lhe ampla publicidade, o que inclui a elaboração, aplicação e correção da prova escrita, de caráter eliminatório;

III – receber, analisar e homologar o registro das candidaturas, fazendo-se publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público;



COMDICA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mato Leitão

- IV – receber e analisar as impugnações e recursos apresentadas pelos interessados em todas as fases do processo de escolha, encaminhando-as ao Presidente do COMDICA, quando for o caso;
- V – notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para defesa, no caso de impugnações e outros recursos de que sejam partes interessadas;
- VI – realizar reuniões destinadas a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
- VII – selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha;
- VIII – publicar a lista dos mesários e dos fiscais da votação;
- IX – receber, processar e julgar as impugnações a mesários e apuradores;
- X – escolher e divulgar os locais do processo de escolha;
- XI – notificar o Ministério Público de todas as fases do processo de escolha;
- XII – solicitar ao comando da Polícia Militar e Guarda Municipal local, efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;
- XIII – fiscalizar a eleição e a apuração dos votos;
- XIV – processar e decidir as denúncias referentes à propaganda eleitoral;
- XV – receber e divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha, encaminhando o material referente ao pleito ao COMDICA;
- XVI – tomar todas as demais providências necessárias para a realização do pleito;
- XVII – julgar:
- a) os recursos interpostos;
 - b) as impugnações ao resultado geral das eleições;
- XVIII – publicar o resultado geral da eleição; e
- XIX – proclamar os eleitos; e
- XX – resolver os casos omissos.

4.2 As decisões da Comissão serão tomadas pela maioria de seus membros.

4.3. Em caso de empate, o voto de desempate será dado pelo Presidente da Comissão.

5. Da Propaganda Eleitoral:

5.1. Campanha Eleitoral

5.1.1 O período de propaganda eleitoral terá início no dia imediatamente posterior ao da publicação do Edital que indica o número de cada candidato, encerrando-se 2 (dois) dias antes do dia da eleição.

5.1.2. Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, que responderão solidariamente pelos excessos praticados por seus simpatizantes.



COMDICA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mato Leitão

5.1.3. Não será permitida propaganda eleitoral que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

5.1.3.1. Considera-se propaganda eleitoral que implique grave perturbação à ordem a que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

5.1.3.2. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos a oferta, a promessa ou a entrega de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, incluídos brindes de pequeno valor, em troca de apoio a candidaturas;

5.1.3.3. Considera-se propaganda enganosa:

- a) a promessa de resolver eventuais demandas que não se enquadrem nas atribuições do Conselho Tutelar;
- b) a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar; e
- c) qualquer outra prática que induza dolosamente o eleitor a erro com objetivo de auferir vantagem a candidaturas.

5.1.4. Qualquer cidadão, fundamentadamente, poderá denunciar à Comissão Especial Eleitoral a existência de propaganda eleitoral irregular.

5.1.5. A Comissão Especial Eleitoral processará e decidirá as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

5.1.6. Nos casos de denúncias caberá a Comissão notificar o candidato denunciado no prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da ciência da denúncia.

5.1.7. O candidato notificado terá o prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação para encaminhar defesa à Comissão.

5.1.8. Para instruir sua decisão, a Comissão poderá ouvir testemunhas, determinar a produção de outras provas e efetuar diligências, tendo o prazo de 2 (dois) dias úteis para chegar a conclusão sobre a denúncia.

5.1.9. O candidato e o denunciante serão notificados da decisão da Comissão no prazo de 2 (dois) dias a contar desta.

5.1.10. O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 2 (dois) dias úteis do seu recebimento.

5.2. Dos mesários:

5.2.1. Os mesários serão, preferencialmente, servidores indicados pelo Poderes Executivo municipal, nominalmente, em número a ser definido pelo COMDICA, suficiente para atender à demanda do processo de eleição.

5.2.2. Na impossibilidade de completar-se o quadro de mesários com servidores municipais, o COMDICA fica autorizado a convocar outros cidadãos, indicados pelas entidades representativas da sociedade civil que compõe o COMDICA.

5.2.3. A atuação dos representantes das entidades referidas item anterior será gratuita.

5.2.4. Não podem atuar como mesários:



COMDICA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mato Leitão

5.2.4.1. Candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral;

5.2.4.2. Cônjuge ou companheiro de candidato; e

5.2.4.3. Pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para candidato.

5.2.5. A lista contendo a nominata dos mesários que trabalharão na eleição será publicada em Edital pelo COMDICA, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da realização do pleito.

5.2.6. O candidato ou qualquer cidadão poderá impugnar a indicação de mesário, fundamentadamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da publicação do Edital com a respectiva nominata, nos moldes do formulário ANEXO.

5.2.7. A Comissão processará e decidirá as impugnações a mesários no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis do encerramento do prazo para a entrega das impugnações, notificando esses e os impugnantes de sua decisão, no mesmo prazo.

5.2.8. Antes do início da votação os mesários verificarão se o local escolhido para a eleição está em ordem, assim como o material remetido pela Comissão Especial Eleitoral, a urna e a cabine indevassável.

5.2.9. Na hora designada para o início da votação, cumpridas as exigências previstas neste Edital, o Presidente da Mesa, a ser assim designado pela Comissão, declarará iniciados os trabalhos.

5.2.10. Os mesários devem orientar os eleitores para que, antes de ingressar no recinto da cabine, se apresentem à Mesa Eleitoral portando o documento oficial de identificação com fotografia.

5.2.11. Os mesários registrarão na folha de controle de votação, o nome do eleitor e o número do documento com fotografia.

5.2.12. Após o registro, o mesário deverá colher do eleitor sua assinatura na folha de controle de votação, quando este último deverá conferir seus dados.

5.2.13. Compete ao Presidente da Mesa ou a quem designar como secretário, o registro de todos os acontecimentos que ocorrerem no curso da votação em ata, onde serão colhidas as assinaturas das partes envolvidas, bem como de eventuais testemunhas, quando houver.

5.3. Da votação:

5.3.1. A votação para a escolha dos membros do Conselho Tutelar dar-se-á no dia 09 de novembro de 2022, no horário das 12h às 19h – horário de Brasília-DF, junto ao Centro de Referência em Assistência Social.

5.3.2. Podem votar os maiores de 16 (dezesesseis) anos, inscritos como eleitores do Município, devendo o eleitor apresentar, por ocasião da votação, o título de eleitor e documento oficial com fotografia.

5.3.3. A identidade do eleitor poderá ser objeto de impugnação junto às mesas receptoras de votos, devendo tudo ser registrado em ata de votação.

5.3.4. O eleitor deverá votar em um candidato.

5.3.5. A votação será realizada mediante a utilização de urnas comuns, sendo assim:

a) Presidente e Vice-presidente da mesa irão rubricar as cédulas oficiais;



COMDICA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mato Leitão

- b) a definição da ordem dos candidatos na cédula de votação será através de sorteio público, a ser realizado na presença dos membros da Comissão e dos candidatos.
- c) os dados constantes na cédula serão nome e apelido quando o candidato tiver;
- d) a forma de confecção das cédulas será de maneira tal que, dobradas, resguardem o sigilo do voto;
- e) a impressão em papel de uma única cor;
- f) a impossibilidade de fornecimento de outra cédula ao eleitor, no caso de, ao recebê-la ou, ao recolher-se à cabine de votação, por imprudência, imprevidência ou desconhecimento danificar, "errar" o voto ou de qualquer forma rasurar a Cédula Oficial;
- g) a previsão de que no caso referido na alínea anterior, o voto deverá ser depositado na urna na situação em que se encontra, ainda que este não venha a ser computado como voto válido;
- h) a necessidade de verificação, pelo Presidente da Mesa, quanto à inviolabilidade da urna da sua seção, no início e ao final do processo;
- i) após o encerramento da votação, a necessidade de contagem das cédulas pela Mesa, verificando se as mesmas coincidem com o número de votantes;
- j) No caso de não coincidência entre o número de cédulas com o número de votantes, a realização de recontagem dos votos;
- k) a leitura dos votos constantes das cédulas em voz alta por um dos componentes da Mesa e o seu manuseio apenas pelos Membros das Mesas de Apuração. Se necessário, também poderão ser designados escrutinadores para a apuração.
- l) o critério de cômputo dos votos, considerando-se válido aquele que estiver assinalado pelo eleitor em espaço próprio da cédula, de modo a expressar sua vontade; em branco aquele que não contiver manifestação do eleitor; e nulo aquele em que as cédulas não corresponderem ao modelo oficial; não estiverem devidamente rubricadas por quem de direito, ou, ainda aqueles que contiverem a escolha de mais que 01 (um) nome de candidato inseridos na cédula de votação;

5.3.6. O sigilo da votação será garantido por meio do isolamento do eleitor em cabine indevassável, onde serão afixadas listas com o nome, apelido e número do candidato.

5.3.7. O Presidente da Mesa Eleitoral, verificando chegar a hora do encerramento da votação e existindo eleitores ainda por votar, distribuirá senha para votação dos presentes no recinto, proibindo a partir desse horário o ingresso de outros eleitores que ali não estivessem nesse momento.

5.3.8. O encerramento da votação implica na lacração da urna eleitoral pelo Presidente da Mesa, assinado por todos os componentes da Mesa e pelos fiscais presentes ao ato.

5.4. Da Fiscalização:

5.4.1. Cada candidato poderá credenciar 1 (um) fiscal para atuar junto à mesa receptora de votos, antes do início da votação.

5.4.2. O fiscal receberá, neste momento, "crachá de identificação" que obrigatoriamente deverá ser usado durante todo o dia da eleição.

5.4.3. Se o fiscal verificar alguma irregularidade deverá comunicá-la ao Presidente da Mesa Eleitoral onde estiver atuando.



COMDICA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mato Leitão

5.4.4. O Presidente da Mesa Eleitoral verificará a natureza da irregularidade apontada pelo fiscal e tomará as providências para corrigi-la, se procedente, podendo indeferi-la, caso entenda que esta não tem cabimento.

5.4.5. Caso o Presidente da Mesa Eleitoral não consiga resolver a ocorrência verificada, deverá entrar em contato imediatamente com um membro da Comissão Especial Eleitoral para auxiliá-lo.

5.4.6. Não será permitida a acumulação de cargo de fiscal com o de membro da Mesa Eleitoral, ou de qualquer outro cargo decorrente da Eleição.

5.4.7. Os fiscais que atuarem perante as Mesas Eleitorais deverão assinar as atas de início e encerramento dos trabalhos.

5.4.8. Eventual comportamento inadequado de parte do fiscal poderá resultar na determinação, pelo Presidente da Mesa, para que se retire do local da votação, sem qualquer prejuízo ao regular andamento do pleito.

5.5. Das ocorrências e impugnações:

5.5.1. As ocorrências e impugnações constantes das atas de votação referentes ao dia da eleição serão julgadas pelo Presidente da Mesa, ao final da votação e antes da apuração, salvo aquela referenciada no item "5.4.4", que deverá ser julgada no momento da impugnação.

5.5.2. Das decisões do Presidente da Mesa caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado no ato, por escrito e devidamente fundamentado, sob pena de não recebimento, salvo aquela referenciada no item "5.4.4", quando a decisão do Presidente de Mesa é soberana.

5.5.3. O COMDICA terá o prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento dos recursos, que ocorrerá ao final do pleito, para julgá-los, o que não impede a publicação de Edital com o resultado preliminar do pleito, nos termos do item "5.8.2".

5.5.4. O resultado do julgamento dos recursos será notificado aos interessados no prazo de 3 (três) dias úteis da deliberação da Comissão e caso altere o resultado das eleições será objeto de publicação de Edital.

5.6. Da apuração:

5.6.1. A apuração dos votos será realizada em um único local, a ser escolhido pela Comissão e divulgado juntamente com a lista dos locais de votação, por Edital.

5.6.2. Na fase de apuração da urna eleitoral será permitido ingresso ao recinto apenas dos candidatos, seus fiscais, os membros da Comissão Especial Eleitoral, do COMDICA e representante do Ministério Público, todos devidamente identificados por crachás fornecidos pela Comissão Especial Eleitoral.

5.6.3. O Presidente da Comissão Especial Eleitoral determinará a abertura da apuração.

5.6.4. Os candidatos e os fiscais deverão manter distância mínima pré-estabelecida da Mesa Apuradora, visando não atrapalhar o bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem retirados do local de apuração.



COMDICA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mato Leitão

5.6.5. Os mesários expedirão boletim de apuração de cada urna apurada, o qual deverá conter:

- I – a data da eleição;
- II – o número de votantes;
- III – as seções eleitorais correspondentes;
- IV – o local em que funcionou a mesa receptora de votos;
- V – o número de votos impugnados;
- VI – o número de votos por candidato; e
- VII – o número de votos brancos, nulos e válidos.

5.6.6. Cópia do boletim de apuração será afixada em local onde possa ser consultada pelo público.

5.6.7. Encerrada a apuração, os mesários entregarão o boletim e a ata de apuração e devolverão o material utilizado na eleição à Comissão Especial Eleitoral.

5.6.8. Em caso de empate entre candidatos será considerado eleito aquele mais idoso.

5.6.9. Considerar-se-ão eleitos os 2 (dois) candidatos que obtiverem maior votação nas eleições.

5.6.10. Serão eleitos como suplentes os demais candidatos subsequentes, observada a ordem decrescente resultante da eleição.

5.7. Do resultado:

5.7.1. Encerrado o trabalho a Mesa de Apuração, o Presidente da Comissão Especial Eleitoral, de posse do resultado e do material utilizado na eleição, pronunciará o resultado da apuração, declarará o encerramento dos trabalhos e providenciará a imediata lavratura da respectiva ata de encerramento que será assinada por ele, demais membros da Comissão, candidatos presentes, que assim desejarem, membros do COMDICA e representante do Ministério Público.

5.7.2. A Comissão Especial Eleitoral, computados os dados constantes dos boletins de apuração, homologará o resultado preliminar da eleição e publicará Edital dando-lhe conhecimento.

5.7.3. Do resultado preliminar cabe recurso ao COMDICA, o qual deverá ser apresentado em até 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação do Edital.

5.7.4. O recurso deverá ser por escrito e devidamente fundamentado.

5.7.5. O COMDICA decidirá os recursos em reunião convocada exclusivamente para esse fim, no prazo de 2 (dois) dias úteis de seu recebimento e publicará Edital com o resultado definitivo do pleito.

5.8. Da Posse dos eleitos:

5.8.1. A posse dos Conselheiros Tutelares eleitos neste processo suplementar ocorrerá em até 5 (cinco) dias após sua homologação.



COMDICA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mato Leitão

5.8.1.1 Por ocasião da posse os conselheiros tutelares eleitos serão submetidos a avaliação psicológica, bem como será designado data para curso preparatório.

5.8.2. Serão exigidos para a posse:

5.8.2.1. Declaração de bens;

5.8.2.2. Declaração de acúmulo de cargo, emprego ou função pública ou privada.

5.8.2.3. Declaração de que não é cônjuge, companheiro (a), ainda que em união estável, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de nenhum outro Conselheiro eleito, bem como de que não mantém nenhuma destas relações com a autoridade judiciária e/ou com representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude na Comarca do Município de Venâncio Aires.

5.8.3. Atendidos os requisitos do item "5.8.2." terá direito a vaga àquele que tiver obtido maior votação no pleito e, em caso de empate, o que for mais idoso.

5.8.4. Os eleitos serão diplomados e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal, por Portaria.

5.8.5. Na ocasião da posse, os Conselheiros Tutelares eleitos prestarão o compromisso de defender, cumprir e fazer cumprir no âmbito de sua competência os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na legislação vigente.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada instância recursal, em cada fase do processo, sendo que os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste Edital não serão apreciados.

6.2. Computar-se-ão os prazos previstos nesta Lei, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, correndo os prazos somente em dias úteis.

6.3. Todas as publicações referidas neste Edital serão realizadas no átrio da Prefeitura Municipal, mural do Conselho Tutelar e no site oficial do Município na internet.

6.4. O descumprimento dos dispositivos legais previstos na Resolução nº 4 do COMDICA e neste Edital implicará na exclusão do candidato ao pleito.

6.5. As informações referentes ao processo objeto deste Edital serão prestadas pelos integrantes da Comissão Especial Eleitoral, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Rua Leopoldo Alouisius Hinterholz, nº 250 – Bairro Centro, no Município de Mato Leitão.


6.6. Este edital poderá sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não realizadas as eleições, através de Edital complementar a ser publicado nos meios referidos no item "6.3", cujo conhecimento fica a cargo dos candidatos, não havendo a necessidade de qualquer comunicação pessoal quanto às mesmas.

6.7. Os casos omissos neste Edital serão dirimidos pela Comissão Especial Eleitoral e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), que poderá expedir Resoluções acerca do processo eleitoral sempre que se fizer necessário.

Mato Leitão, 12 de setembro de 2022.



COMDICA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente do Município de Mato Leitão


Gilmar Salbego de Silveira
Presidente do COMDICA


Ricardo Luiz Haas
OAB/RS 87.387
Assessor Jurídico

